

BALANÇO
MENSAL

83
Economia Brasil

Como financiar o crescimento

Economistas defendem participação do setor privado e acham que renovação do acordo com o FMI não faz tanta diferença

NICE DE PAULA E SÔNIA ARARIPE

É preciso definir muito bem as bases para um crescimento sustentado. E, se for necessário, que seja renovado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que será rediscutido em setembro. Essa é a opinião da maioria dos economistas ouvidos no *Balanço Mensal* de agosto – João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento, hoje presidente do Instituto Nacional de Altos Estudos, responsável pelo Fórum Nacional; José Guilherme dos Reis, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, hoje professor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets); Luiz Fernando de Paula, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e Pedro Cavalcanti, professor da Fundação Getúlio Vargas.

Com a experiência de quem comandou o planejamento verde-e-amarelo em governos militares, por 11 anos, Reis Velloso se preocupa com o financiamento do crescimento, com a integração de política industrial, tecnológica e balanço de pagamentos.

– Se não for de forma integrada, não dará certo. Quanto aos investimentos, devemos enfatizar especialmente a infra-estrutura e a logística

porque isso se tornou extremamente importante para a competitividade sistêmica, não só no agro-negócio, mas também nos setores industriais.

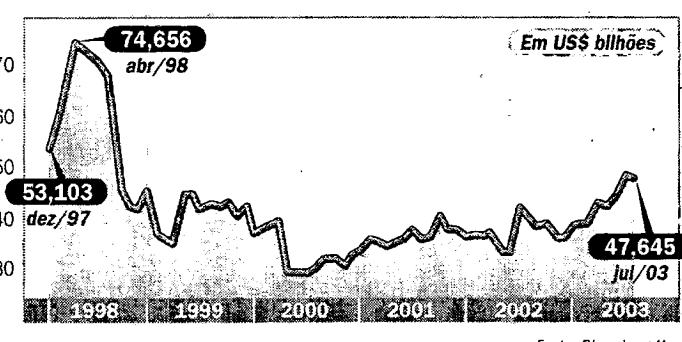
E mesmo quem passou boa parte da vida planejando o crescimento com recursos públicos, o ex-ministro reconhece que hoje isto só será possível com a imprescindível parceria privada.

Esta também é a avaliação do economista José Guilherme dos Reis. Egresso do governo Fernando Henrique, o professor acredita que o maior trunfo na área econômica da gestão Lula foi, sem dúvida, ter quebrado a chamada inércia inflacionária, mesmo que ao custo de um forte desaquecimento da economia.

– Foi uma resposta clássica a um choque de confiança, como assistimos antes e logo após as eleições. Mas acredito que isso abre espaço, no curto prazo, para uma recuperação cíclica da economia.

Expectativa animadora logo após a divulgação, na semana passada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do

As reservas cambiais brasileiras



resultado do Produto Interno Bruto que apontou dois trimestres consecutivos de queda, podendo, portanto, caracterizar uma recessão. O PIB (soma de todas as riquezas da economia, incluindo serviços) despencou 1,6% no segundo trimestre, comparado com o primeiro trimestre. Foi a maior queda trimestral desde o início de 1998, no pico da crise asiática. O volume de investimentos caiu 6,4% e o consumo das famílias brasileiras registrou uma retração de 4%. Em relação ao segundo trimestre do ano passado, a queda no consumo chegou a 7,1%, a maior desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1991.

– Acredito que já começamos uma recuperação cíclica da economia. Mas isso não é crescimento sustenta-

do – diz José Guilherme dos Reis.

Educação é, segundo Pedro Cavalcanti, o principal ingrediente para fermentar o bolo do crescimento.

– Foi assim em todos os países que deram um salto, como na Coréia e no Japão. A Coréia, hoje, está entre os cinco países mais educados do mundo. Se não investirmos em capital humano, vamos ter sempre esse gargalo.

O professor da FGV diz que a pré-condição desses países foi uma boa distribuição de renda. O que evita a briga política pelo bolo – quem será beneficiado, quem não será beneficiado.

Luiz Fernando de Paula diverge do consenso dos outros participantes e frisou que não existe um só modelo de desenvolvimento econômico. Defende o controle seletivo de capitais, lembra que até mesmo o FMI tem avaliado esta possibilidade e aposta na maior participação do Estado nessa arrancada em busca do tão esperado espetáculo do crescimento.

– Pagamos um preço muito alto ao financiar o chamado milagre econômico, nos anos 70, com fi-

nanciamento externo. Precisamos encontrar formas de financiamento de longo prazo.

Sobre a renovação do acordo com o FMI, Pedro Cavalcanti reforça que o governo já está seguindo a priori todas as cláusulas.

– Estamos fazendo o dever de casa de uma maneira muito eficiente. Assinar ou não assinar não vai fazer tanta diferença.

José Guilherme dos Reis concorda e lembra que a cláusula sobre investimentos em estatais deve ser analisada com muito cuidado. Hoje, pelas regras do acordo com o Fundo, investimento em estatal é considerado despesa. A única exceção é a Petrobras.

– Quando estive no governo, ajudei nesta mudança. Mas precisamos diferenciar o joio do trigo. A Petrobras é diferente. Até pelo site, está lá, não é ".gov". É ".com". Mas não podemos correr o risco de deixar que dinheiro de estatal seja gasto com cafezinho.

Luiz Fernando de Paula lamenta que o governo não tenha feito uma política ativa de acúmulo de reservas internacionais no primeiro semestre. E acredita que o acordo com o FMI será renovado.

nic@jb.com.br e araripe@jb.com.br